EDITAL Nº 63/2025

O Desembargador **Luís Camolez**, Diretor da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber pelo presente Edital que as inscrições estarão abertas para o **I Congresso Ibero-Americano de Tomada de Decisão**, conforme as regras determinadas a seguir:

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. **Congresso**: I Congresso Ibero-Americano de Tomada de Decisão

1.2. **Formadores:**

JUAN ANTONIO GARCÍA AMADO: Professor de Filosofia do Direito. Universidade de León. Doutor em Direito pela Universidade de Oviedo, é professor de Filosofia do Direito na Universidade de León desde 1994. Foi bolsista do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) em Munique e Berlim. Ele também realizou estadias de pesquisa em Mainz, Aix-en-Provence e Florença. Ele deu palestras, apresentações e cursos de doutorado, mestrado, especialização e outros na maioria das universidades espanholas e em inúmeras universidades e instituições na Europa e em toda a América Latina. Autor e editor de cerca de vinte livros e mais de duzentos artigos publicados em revistas e livros coletivos. Tradutor do alemão para o espanhol de obras de Kelsen, Bernd Rüthers e Claus-Wilhelm Canaris. Diretor do Mestrado em Argumentação Jurídica da ULE-Tirant Formación e codiretor (com Francisco Javier Díaz Revorio) do Mestrado em Liberdades e Direitos Constitucionais (Universidade de León-Tirant Formación). Doutorado honorário de diversas universidades americanas, incluindo a Universidade de Buenos Aires.

PILAR GUTIÉRREZ SANTIAGO: Professor de Direito Civil. Universidade de León. Principais linhas de pesquisa na área do Direito Civil: Direito Pessoal, Direito de Família, Direito Civil e Responsabilidade Civil, Direito do Consumidor, Direito Imobiliário e Direito Hipotecário. Autor de mais de 150 capítulos de livros e artigos, 8 livros em coautoria e 10 monografias em autoria única (entre elas, "Novação extintiva por mudança de objeto", Comares, 2000; "Constituição da adoção: declarações relevantes", Aranzadi, 2000; "Responsabilidade civil por produtos defeituosos: questões práticas", Comares, 2004, 2006; "Danos causados por produtos defeituosos: seu regime de responsabilidade civil na Constituição Constitucional da Lei Geral de Defesa do Consumidor e Usuário de 2007", Aranzadi, 2008; "A vida conjugal do beneficiário da pensão compensatória", Aranzadi, 2013; "A proteção civil-legal do nascituro e do recém-nascido", Aranzadi-Lex Nova, 2015; "Negligência médica em Anestesiologia e responsabilidade civil do anestesiologista", Reus, 2020). - 12 Prêmios de Pesquisa Jurídica (Prêmio La Ley, Prêmios do Conselho Geral de Notários, do Centro de Estudos Financeiros, do Conselho da Ordem dos Advogados da Andaluzia, da Academia Aragonesa de Legislação e Jurisprudência, etc.) Participação em 13 Projetos de Pesquisa (europeus e nacionais). Membro do Painel de Peritos da Agência Estatal Espanhola de Pesquisa. - Bolsas de pesquisa em centros estrangeiros (Istituto di Diritto Agrario Internazionale e Comparato de Florence, Istituto di Diritto Privato de Rome, Facoltá di Giurisprudenza della Universitá degli Studi "La Sapienza" de Roma, etc.). - Mais de 100 apresentações em congressos, seminários e workshops, tanto em fóruns universitários nacionais como internacionais (UNAM, Universidade de Buenos Aires, Universidade do Rio de Janeiro, Universidade de Montevidéu, Universidade de Trento, Universidade Externado da Colômbia, Universidade da Costa Rica, Universidade Nacional de Mar del Plata, La Plata na Argentina, Santa Marta na Colômbia, Santiago do Chile, Universidade Federal de Pernambuco no Brasil, Universidade Nacional do Altiplano no Peru, diversas universidades em Lima, etc.). - 34 anos de docência universitária (Bacharelado, Mestrado, Doutorado). 7 Projetos de Inovação em Ensino Interdisciplinar. - Secretário Geral da Universidade de León (desde 2016). Presidente do Grupo de Inspeções de Serviços das Universidades Espanholas (na CRUE-Conferência de Reitores das Universidades Espanholas). - Presidente do Conselho Arbitral (desde 1998) e Vice-presidente do Conselho Arbitral de Consumo da Câmara Municipal de León (desde 2004). - Doutor Honoris Causa (maio de 2022, Universidade Católica de Cuenca - Equador).

PABLO DE LORA DEL TORO: Professor de Filosofia do Direito (Universidade Autônoma de Madri). Ele é autor de 9 livros (dois em coautoria) e mais de 80 publicações, incluindo artigos e contribuições para livros coletivos. Na primeira fase, sua pesquisa se concentrou nos pressupostos filosóficos do constitucionalismo e da interpretação constitucional. Posteriormente, abordou os desafios éticos e jurídicos impostos pelo avanço da biomedicina (reprodução humana assistida, transplantes, disponibilidade da própria vida, entre outros), bem como os direitos dos animais e a teoria geral dos direitos humanos, temas sobre os quais publicou importantes trabalhos em revistas de prestígio. Ele foi duas vezes pesquisador visitante no Centro de Bioética da Universidade de Harvard, bem como na Universidade Rutgers (Camden), Berkeley, NYU, entre outras instituições. Ele lecionou vários cursos, conferências e seminários em importantes centros acadêmicos (Harvard, Yale, Oxford). Sua pesquisa mais recente se concentrou nas dimensões éticas e legais das relações sexuais e identidade de gênero, anistia e sua constitucionalidade, e legislação memorial.

JOSÉ MANUEL CABRA APALATEGUI: Professor de Filosofia do Direito. Universidade de Málaga. É licenciado em Direito pela Universidade de Málaga, especialista universitário em Argumentação Jurídica pela Universidade de Alicante e doutor em Direito pela Universidade Carlos III de Madrid (Instituto de Direitos Humanos Bartolomé de las Casas). Ele completou seus estudos nas universidades de León, Mainz, Munique e Gênova e foi professor visitante na Universidade de Antuérpia. Atualmente, ele leciona Teoria do Direito e Filosofia na Universidade de Málaga, onde atuou como Secretário Acadêmico. É professor do Mestrado em Argumentação Jurídica da Universidade de León e da editora Tirant lo Blanch. É autor de duas monografias: "Argumentação jurídica e racionalidade em Aulis Aarnio" e "Sobre direito e argumentação", além de numerosas obras sobre teoria do direito e argumentação jurídica, que vão desde as teorias da argumentação de Luis Recaséns, Aulis Aarnio ou Robert Alexy, até os conflitos de direitos, a ponderação e seu impacto em problemas clássicos da teoria do direito. Seu trabalho também aborda questões de teoria política, teoria legislativa, ética pública e uma abordagem cultural ao direito, com atenção especial às interseções entre direito e música.

JUAN SEBASTIÁN FAJARDO VANEGAS: Advogado. Professor de Direito Penal na Universidade de Rosário (Bogotá, Colômbia). Advogado de defesa e professor na Universidade de Rosário, Colômbia. Atuou como advogado de defesa em múltiplos e variados processos criminais dentro do sistema adversarial, onde implementou, com mais de cem testemunhas e peritos, as diversas técnicas que posteriormente capturou em suas obras "Manual de Contra-Interrogatório" e "Formulação de Questões e Controle da Testemunha Hostil", entre outras. Ele foi professor, palestrante e instrutor em diversas universidades e instituições oficiais em toda a América Latina, incluindo as Procuradorias-Gerais dos Estados de Guanajuato e Nayarit, no México; Ministério Público e Defesa Penal Pública do Chile; o Poder Judiciário do Equador, o Instituto Equatoriano de Direito Processual; o Tribunal Superior de Justiça de Ayacucho, Peru, entre outros. Ele também foi professor convidado no mestrado em Sistemas de Justiça e Racionalidade, bem como na especialidade em prova testemunhal e raciocínio probatório, ambos os programas da Universidade de Girona, Espanha, a faculdade mais renomada do mundo em raciocínio probatório. Ele concluiu um mestrado em Contencioso Oral na Faculdade de Direito da Califórnia (ganhando um prêmio de melhores interrogatórios) e um mestrado em Raciocínio Probatório na Universidade de Girona, onde se formou com honras (a mais alta distinção possível).

AMOS ARTURO GRAJALES: Doutor em Ciências Jurídicas da Universidade Nacional de La Plata; Magíster em Gestão de Negócios da Universidade de Ciências Empresariais e Sociais e Abogado da Universidade Nacional de La Plata. É professor de cátedra na Universidade de San Andrés, Argentina; professor adjunto ordinário na UNLP; professor do Doutorado em Ciências Jurídicas da UNLP e do Maestría de Derecho Processal da misma Universidad. Professor de Argumentação Jurídica na Escola Judicial do Conselho da Magistratura da Província de Buenos Aires. Diretor do Seminário Iberoamericano de Direito organizado conjuntamente pelas Universidades de León e Salamanca Espanha, e San Isidro Argentina. Diretor da Diplomatura em Argumentação Jurídica e Litígio Judicial da Universidade de San Isidro, Argentina. Professor do módulo de Argumentação Jurídica e Lógica das Decisões da Maestria em Magistratura da UBA. É docente convidado em universidades distintas do exterior e em escolas de magistratura no Brasil. Ditou diversos cursos, conferências e charlas no país e no exterior nas áreas da Teoría General del Derecho e da Argumentación Jurídica. Autor de artigos e obras na Argentina e no exterior sobre o tema. Avaliador de Revistas Especializadas. Diretor de Tesis doctorales. É sócio fundador e beneficiário do Instituto Latinoamericano de Argumentação Jurídica com sede em Curitiba, Brasil. Atualmente é Relator Letrado da Presidência da Suprema Corte de Justiça da província de Buenos Aires.

TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO: Pós-doutor em Filosofia (Ontologia e Epistemologia) na PUC-PR. Pós-doutor em Psicologia Cognitiva na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Pós-doutor em Direito pela Universidad de León/Espanha. Pós-doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), EMAP), da Escola da Magistratura do Estado do Paraná (da Escola da Magistratura Federal em Curitiba (ESMAFE), da Academia Judicial de Santa Catarina, da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e da Escola da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC), da Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre, da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco e da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Maranhão. Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Pesquisador estrangeiro do grupo de pesquisa "Discrecionalidad judicial y debido proceso", liderado pelo Professor Doutor Juan Antonio García Amado. Líder do grupo de Pesquisa Neurolaw (estudos interdisciplinares entre Direito e Neurociências). Juiz de Direito Titular da 4ª Turma Recursal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

1.3 Coordenação Científica:

BRENO CAVALCANTE DO NASCIMENTO: Mestre em Educação, Psicopedagogo Clínico e Institucional, especialista em Tecnologias de Informação, em Docência para Educação Profissional, em Educação à Distância e em Redes de Computadores. É graduado em Sistemas de Informação pela Universidade Federal do Acre e em Pedagogia pela Uniasselvi. Atualmente é Técnico Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado do Acre (Atuando na Escola do Poder Judiciário na Coordenação de Planejamento e Gestão Educacional, professor de nível superior na Estácio Unimeta e Orientador Educacional - SENAC/AC. Atuação voltada para os processos de ensino e aprendizagem de adultos (profissionalizante e superior). Pesquisador na área de TICs na educação, Inteligência Artificial, ambientes não presenciais de ensino, avaliação, formação de formadores, banco de dados e engenharia de software. É formador na Escola de Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam.

LUIS VITÓRIO CAMOLEZ: Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Presidente Prudente, Brasil (1985). Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal de Tocantins (UFT).

TARSIS BARRETO OLIVEIRA: Pós-Doutor em Ciências Criminais pelo Instituto de Criminologia e Direito Penal da Universidade de Sorbonne (França). Doutor e Mestre em Direito pela UFBA. Professor Associado 3 de Direito Penal da Universidade Federal do Tocantins. Professor Adjunto 3 de Direito Penal da Universidade Estadual do Tocantins. Coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT/ESMAT. Coordenador do Programa de Doutorado Interinstitucional em Direito da PUC-RIO/ESMAT. Coordenador e Professor da Especialização em Ciências Criminais da UFT. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Famettig/BA). Graduado em Direito pela UESC. Editor Científico da Revista da Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Consultor na área educacional. Parecerista e membro de conselho editorial de diversos periódicos científicos no Brasil e no exterior. Linhas de pesquisa: direitos humanos; racionalidade e funções da pena; crime organizado; prevenção e combate à corrupção; reinserção social do apenado. Organizador científico de diversos eventos nas áreas de Direito Penal e Direitos Humanos. Foi professor visitante no exterior, com 200 participações em eventos científicos nacionais e internacionais - Estados Unidos (New York Law School, John Jay College of Criminal Justice); Portugal (Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa; Universidade Lusófona do Porto); Espanha (Universidade de Sevilha, Universidade de Barcelona); França (Universidade de Sorbonne, Universidade de Lyon, Universidade de Pau et des Pays de Ladour); Rússia (Universidade de Moscou); Polônia (Universidade Adam Mickiewicz); Hungria (Universidade Eötvös Loránd); Turquia (Universidade de Galatasaray) e Marrocos (Universidade de Casablanca). Advogado criminalista. Membro do Comité International des Pénalistes Francophones e da Association Internationale de Droit Pénal. Autor e organizador de obras jurídicas, com 200 publicações científicas produzidas em 5 idiomas.

TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO: Pós-doutor em Filosofia (Ontologia e Epistemologia) na PUC-PR. Pós-doutor em Psicologia Cognitiva na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Pós-doutor em Direito pela Universidad de León/Espanha. Pós-doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), EMAP), da Escola da Magistratura do Estado do Paraná (da Escola da Magistratura Federal em Curitiba (ESMAFE), da Academia Judicial de Santa Catarina, da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e da Escola da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC),da Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre, da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco e da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Maranhão. Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Pesquisador estrangeiro do grupo de pesquisa "Discrecionalidad judicial y debido proceso", liderado pelo Professor Doutor Juan Antonio García Amado. Líder do grupo de Pesquisa Neurolaw (estudos interdisciplinares entre Direito e Neurociências). Juiz de Direito Titular da 4ª Turma Recursal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

1.4. **Modalidade:** Presencial (presencial com transmissão pelo Google Meet)

1.5. **Carga horária total da Formação**: 12 h/a (organizado em duas formações).

1.6. **Período de Realização:** De 18 a 25 de agosto de 2025.

1.7. **Local de realização**: Escola do Poder Judiciário do Acre - Esjud e Cidade da Justiça - Cruzeiro do Sul.

1.8 **Inscrições**: No período de 7 a 21 de julho de 2025.

1.9 **GAR:** O curso está em consonância com os normativos que fixam indicadores para a concessão da GAR, por ser uma ação educacional promovida pela ESJUD.

Programação do Evento

Data	Atividade	Horário
19/08	Congresso em Rio Branco	8h às 11h30 e 14h às 17h
21/08	Congresso em Cruzeiro do Sul	8h às 10h e 14h às 17h
22 a 24/08	Vivência na Amazônia	8h às 10h e 14h às 17h

Cronograma de Atividades

Data/Local	Palestra	Formador
19/08 - Rio Branco - 8h às 9h30 - Esjud	Argumentación jurídica y constitucionalismo -	Juan Antonio García Amado
19/08 - Rio Branco - 10h às 11h30 - Esjud	Error judicial: qué es y cómo se regula -	Pilar Gutiérrez Santiago
19/08 - Rio Branco - 14h às 15h30 - Esjud	Las relaciones sexuales y su licitud jurídica: algunos problemas conceptuales y de prueba -	Pablo De Lora Del Toro
19/08 – Rio Branco 15h30 às 17h - Esjud	Apresentação de trabalhos	
Data/Local	**Palestra**	**Formador**
21/08 – Cruzeiro do Sul - 8h às 9h30 - Cidade da Justiça	La indeterminación como técnica normativa -	José Manuel Cabra Apalategui

21/08 – Cruzeiro do Sul - 10h às 11h30 - Cidade da Justiça	Debido proceso y prueba pericial -	Juan Sebastián Fajardo Vanegas
21/08 – Cruzeiro do Sul - 14h às 15h30 - Cidade da Justiça	**Memória, inquirição e avaliação da credibilidade do testemunho em neurodivergentes –**	Tiago Gagliano Pinto Alberto
21/08 – Cruzeiro do Sul - 3h30 às 17h - Cidade da Justiça	Apresentação de Trabalhos	
De 22 a 24/08	Vivência na Amazônia	

1.10 **Objetivo**: Aprimorar a estrutura das decisões judiciais na argumentação jurídico-decisória e na formatação do Estado Democrático de Direito, a partir de uma visão calcada na psicologia do testemunho aplicando os aportes consolidados no ambiente da colheita da prova oral em Juízo, analisando os fatos, empregando técnicas de inquirição e de análise da credibilidade do testemunho.

1.11 **A formação**: O congresso mencionado foi registrado no processo SEI 0003921-89.2025.8.01.0000, documento 2095081, com ciência da Presidência conforme despacho 14101/2025, documento 2097476. Ele marca o encerramento do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos com um congresso internacional.

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. **Público-alvo prioritário:** Magistrados(as), servidores(as), colaboradores do Tribunal de Justiça do Acre.

2.2. **Número de vagas:** 80 (oitenta) vagas em cada ação educacional.

2.3. **Público-alvo Remanescente**: Operadores do direito.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Pré-requisitos:

3.1.1. Conhecimento básico do Sistema Operacional Windows, acesso a um computador com multimídia, capaz de reproduzir áudios e vídeos.

3.1.2. Acesso à Internet, com velocidade mínima de conexão de 256 kbps.

3.1.3. Possuir endereço de correio eletrônico (e-mail) válido e atual; o e-mail deverá ser de uso exclusivo do(a) aluno(a) e consultado, preferencialmente, diariamente.

3.1.4. Sistema Operacional e Navegador de Internet atualizados. Adobe Flash Player, Adobe Acrobat Reader e Windows Media Player instalados e atualizados.

3.2. A inscrição será registrada no sistema EmeronWeb, via https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml.

3.3. A Coordenadoria de Execução Educacional – COEED fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) diariamente da ação educacional.

3.4. Ao final da ação educacional a Coordenadoria de Controle e Monitoramento – COMON fará os devidos registros no Sistema EmeronWeb para a liberação da certificação.

4. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

4.1. As vagas serão preenchidas pelo público-alvo do item 2 deste edital.

4.2. Para efeito do preenchimento das vagas, será considerado o público-alvo descrito no item 2.1. e 2.2 deste Edital.

4.3. O deferimento de inscrições em número superior à disponibilidade de vagas do item 2.2 será decidido pela Direção da ESJUD.

5. DA AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

5.1. Avaliação do(a) cursista: A avaliação será formativa, através de exercícios aplicados no decorrer do curso, tendo como critério a participação nas atividades propostas, assiduidade e pontualidade.

5.2. A certificação acontecerá de forma separada em cada evento. Terá direito ao certificado de participação no curso o(a) aluno(a) que obtiver a carga horária mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total e média final igual ou superior a 75 pontos. Serão emitidos até dois certificados aos alunos, sendo:

- 6h para o congresso em Rio Branco;
- 6h para o congresso em Cruzeiro do Sul;

5.3. O concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, acessando o link https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/, após preenchimento da Avaliação de Reação.

5.4. Avaliação da ação (de reação): Ao final do curso, o(a) estudante apontará o seu grau de satisfação com relação ao tema, carga horária, informações novas oferecidas, uso do ambiente virtual, atividades, aplicabilidade dos conhecimentos, dentre outros.

5.4.1. O formulário de avaliação de reação que deverá ser preenchido pelo(a) aluno(a) no prazo de 2 (dias) dias a contar do término do curso. O instrumento avalia a contribuição do curso no desempenho do(a) aluno(a) e permite a sua observação sobre tema, carga horária, informações novas oferecidas, uso do ambiente virtual, atividades, aplicabilidade dos conhecimentos, dentre outros.

6. DA METODOLOGIA

6.1 A formação foi estruturada em **três ações formativas**, com o objetivo de proporcionar uma capacitação abrangente e integrada. Cada ação será certificada de forma individual, portanto, serão abertas duas turmas, sendo necessárias os alunos realizarem matrículas em cada uma delas.

6.2 A terceira etapa, Vivência na Amazônia, será exclusiva para Formadores e Coordenadores do Congresso.

6.3 A Comissão Organizadora do congresso, convidará pesquisadoras(es), profissionais, estudantes e demais interessadas(os) a submeterem trabalhos para análise e possível exposição durante o evento. Serão aceitos trabalhos nas modalidades [resumos/resumos expandido/artigos completos – conforme aplicável], que abordem temáticas relacionadas a Toma de Decisão. Os trabalhos aprovados serão apresentados durante o congresso e farão parte dos anais do evento (Revista Jurídica da Escola do Poder Judiciário do Acre). A avaliação será realizada por uma comissão científica, levando em consideração a relevância do tema, a originalidade, a qualidade técnica e a adequação às normas de submissão.

Período de Submissão: de 30/06 até 25/07/2025.
Divulgação dos Resultados: 01/08/2025.
Envio dos Trabalhos: https://periodicos.tjac.jus.br/.

Normas de Submissão: Apresentação do trabalho deve ser feito, preferencialmente de forma presencial. Todas as despesas para publicação ficam por conta do participante.

7. DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA DA ATIVIDADE

7.1. A frequência será feita através de link liberado pela Esjud. Teremos um link de frequência pela manhã e tarde.

8. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO

8.1. O curso está orçado em R$ 83.425,57 sendo:

Descrição	Valor	Quantidade	Total
Passagens de Ida e Volta Coordenadores: Prof. Dr. Tarsis Oliveira Prof. Dr. Tiago Gagliano	R$ 5.500,00	02	R$ 10.000,00
Passagens de Ida e Volta Convidado - Amós Arturo Grajales	R$ 4.000,00	01	R$ 4.000,00
Passagens – RBR / CRZ / RBR de 20 a 25/08/2025	R$ 1.500,00	05 Espanhóis 01 Argentino 01 Dr. Tiago Gagliano 01 Des. Camolez 01 ESJUD 01 Coord. Mestrado	R$ 15.000,00
Tradutor	R$ 2.500,00	02	R$ 5.000,00
Vivência na Amazônia (Serra do Divisor) - Saída de Mâncio Lima para Serra do Divisor. 22 a 24/08/2025	R$ 1.600,00	12 (incluindo dois ASMIL)	R$ 19.200,00
Diárias Desembargador	R$ 760,55	7,5	R$ 5.704,125
Diárias Servidor	R$ 418,30	7,5	R$ 3.137,25
02 Servidores da ASMIL	R$ 380,28	7,5	R$ 5.704,20
Diárias no hotel (17, 18, 19, 20, 21 e 25/08) 05 Espanhóis 01 Argentino 01 Dr. Tiago 01 Coord. Mestrado	R$ 280,00	7 diárias por pessoa	R$ 15.680,00

Total: R$ 83.425,57

9. UTILIZAÇÃO DO MATERIAL DO CURSO

9.1 A utilização e impressão dos materiais do curso somente serão permitidas para uso pessoal do(a) estudante, visando facilitar o aprendizado dos temas tratados, sendo proibida sua reprodução e distribuição sem prévia autorização da ESJUD.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O cancelamento de inscrição poderá ser feito(a) pelo(a) participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao e-mail da Coordenadoria de Execução Educacional – COEED: coeed@tjac.jus.br.

10.2. A Coordenadoria de Execução Educacional – COEED será responsável pelo monitoramento da frequência da(o) aluna(o), podendo contatá-la(o) diretamente para obter informações a respeito de eventual ausência, bem como disponibilizará a lista de presença virtual no chat da plataforma utilizada, cuja assinatura é obrigatória para fins de certificação, nas atividades remotas.

10.3. A(o) aluna(o) faltosa(o) poderá justificar sua ausência, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da última aula de que não participou, por meio de envio de e-mail à COEED (coeed@tjac.jus.br).

10.4. A Coordenadoria de Execução Educacional – COEED repassará a justificativa de ausência à Direção da ESJUD para deliberação.

10.5. A Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD poderá, diante da eventual ausência de justificativa dada pela(o) aluna(o) faltosa(o), substituí-la(o) por outra(o) constante na lista das vagas remanescentes do respectivo curso, que será selecionado conforme a ordem de inscrição no Emeronweb, quando houver.

10.6. Demais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD.

ANEXO II

Cronograma

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
07 de julho de 2025.	8h	https://esjud.tjac.jus.br	Publicação do Edital.
De 07 a 21 de julho de 2025.	-	https://esjud.tjac.jus.br	Período de divulgação e inscrições.
De 30/06 a 25/07			Submissão de Trabalhos para Publicação no Ev
Dia 19/08	8h às 11h30 e das 14h30 às 17h		Congresso em Rio Branco - AC
Dia 21/08	8h às 11h30 e das 14h30 às 17h		Congresso em Cruzeiro do Sul -AC
De 22 a 24			Vivência na Amazônia

Desembargador **Luís Camolez**
Diretor da ESJUD

Rio Branco - AC, 11 de junho de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Luis Vitorio Camolez**, **Diretor da ESJUD**, em 26/06/2025, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjac.jus.br/verifica informando o código verificador **2121246** e o código CRC **973806D8**.